Todos concordam: economia precisa mudar

Igreja, os trabalhadores, os estudantes, os operários, os políticos, colocaram a bandeira inicialmente —, mostra que estamos num processo de autocrítica.

O que aí está não pode continuar. Nós queremos o retorno da autonomia dos Estados. Queremos romper com o centralismo administrativo. Queremos que haja participação de todos nesse processo histórico. E, por isso, acredito que estamos vivendo um dos momentos mais ricos da História do Brasil, em que todos os políticos — digo políticos no sentido mais puro da palavra — sabem que devemos oferecer muito mais do que querer, efetivamente. Somos hoje, na verdade, os arautos dos novos tempos. Vamos ter consciência neste momento histórico e não termos nenhuma bravata, nenhuma posição de tola euforia, de tola coragem, que não levaria a nada.

Creio que realmente São Paulo, de maneira especial, está dando demonstração à Nação, dando exemplo do que se está realizando aqui, como autocrítica destes últimos 14 anos. Não podemos dizer que tudo foi errado, tudo foi mau, tudo foi insignificante.

É claro que se criaram nestes últimos 14 anos, as estruturas de uma nação industrializada. É claro que se criou, nestes últimos 14 anos, a possibilidade de se comunicar com a Nação, como um todo, e não termos mais os famosos arquipélagos culturais existentes no passado. É claro que a Nação já não é aquela de antes de 1964. Mas também é claro que a Nação, neste processo, sofreu e esse sofrimento não se pode manter. Ele tem de romper, num processo de autocrítica e, acima de tudo, num processo de participação que nós, de São Paulo, desejamos que todo o Brasil compreenda.

Imagino, portanto, que estamos efetivamente no renascer de uma nova era no Brasil. Estamos no surgimento de novos tempos. E esses novos tempos, para que a Nação seja efetivamente feliz, para que a Nação seja efetivamente um corpo vivo, cheio de saúde, é preciso que esses novos tempos tenham como suporte a democracia.

Não vejo outra forma de vivência, não vejo outra forma de aspiração dos homens, que realmente crêem em idéias, em princípios, outro regime que não seja o democrático. E parece que neste instante estamos criando nesta Nação, através do debate, através da conscientização, através da participação da estrutura da nova nação, ou seja, a estrutura na nação que surgiu nestes 14 anos, criando as condicionantes econômicas que permitiram a criação de uma classe média, que dará, sem dúvida, a segurança para o desenvolvimento político.

E nós, políticos, e você, jornalistas, intelectuais, a hierarquia da Igreja, as minorias religiosas, os trabalhadores, os empresários, neste instante importante da vida do Brasil, devemos mostrar que somos todos responsáveis para que este País rompa o autoritarismo, o centralismo administrativo, a autoridade tecnocrata que quis dirigir, como uma nova classe, a Nação, para que se possa novamente ter a vivência da política, o entrechoque de idéias, o jogo de vontades, para que se possa ter a felicidade que só vem da participação.

Fernando Henrique — Cada vez que ouço o Lembo falar, eu me esqueço que ele é o presidente regional da Arena.

Montoro — Mas ele fala sempre em promessa, no futuro, não é? Nisso, a Arena é mestra. Ainda hoje o Figueiredo dizia: "Deixem que faremos as reformas. Não se preocupem, que nós faremos. Não se metam, que nós faremos".

Todos os setores da comunidade, contudo, querem participar. E o governo já perdeu a sua autoridade. A lei de greve foi revogada. O governo apelou para a Justiça, que declarou a ilegalidade da greve, mas os trabalhadores provaram que a greve é legítima. Da mesma maneira, as lideranças empresariais exigem participação. O 477 foi revogado pelos estudantes. Só a força bruta não resolve. O manifesto de Itaicy foi claro nesse sentido, reivindicando o direito que a comunidade brasileira tem de participar das decisões que lhe dizem respeito. Assim, os demais setores: a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os professores universitários, a comunidade científica. Há municípios protestando contra sua marginalização e sua dependência.

É preciso, portanto, democracia já. Essa reivindicação chama-se democracia, onde a democracia se confunde com os direitos humanos.

Essa democracia, a meu ver, se afirma — para sairmos dessa crise — em três liberdades fundamentais. A primeira é a liberdade política. É o direito que o povo tem de escolher os seus governantes e os seus representantes. A segunda luta é pela liberdade de imprensa, na qual se estende a liberdade de debate, problema da lei Falcão. Aliás, por uma questão de justiça, devo dizer que o ato político do presidente Geisel, positivo, foi esse, o da relativa liberdade de imprensa.

Foto Claudiné Petroli

Em pelo menos um ponto todos estão de acordo: condenação dos "biônicos"

Fernando Henrique — Em relação à imprensa escrita e à grande imprensa.

Montoro — Exatamente. A outra exige uma grande luta. Eu precisei inclusive promover uma ação contra o presidente da República, porque o meu discurso feito no Congresso, publicado nos anais do Congresso, foi censurado por um beleguim da censura, que não permitiu que um pequeno jornal, "O São Paulo", publicasse. Isso gerou ação, que impetramos junto ao Supremo Tribunal Federal.

Fernando Henrique — E os jornais culturais. Eu participei do Conselho de debates de "Crítica" e fui diretor de "Argumento". E eles foram fechados.

Lembo — Não tem nenhuma dúvida. Não nego.

Montoro — E a terceira liberdade, apenas para completar a linha da minha exposição, é a liberdade sindical. Nós não queremos uma liberdade meramente política, teórica. A democracia implica a participação do povo. É representada pelos homens que trabalham. Então, é preciso reconhecer e fortalecer a liberdade sindical. E, ligada a ela, a liberdade de associação.

Lembo — Acho que precisamos colocar e reconhecer duas posições no governo Geisel. Se houve recuos táticos na busca da democracia, devemos reconhecer dois pontos absolutamente positivos. Um que foi lembrado por Montoro, o da liberdade de imprensa. Outro, a reciclagem dos órgãos de segurança, permitindo que todos os debates políticos passassem a se realizar com mais tranquilidade e possibilidade de êxito.

E as características pessoais e políticas do candidato da Arena à presidência da República, o general João Baptista Figueiredo? Como vêem?

Lembo — Conheço o ministro João Baptista Figueiredo de há muito. Tenho tido uma série de contatos pessoais com ele e isso me convenceu de que ele é um homem com profundos conhecimentos dos problemas econômicos, sociais e políticos do País. Ele tem uma qualidade pessoal muito positiva, que é a vontade de debater, examinar, trocar idéias, não se calar perante os argumentos, que ele aceita e examina em profundidade. É homem que não se preocupa em ter longos debates, longas conversas a respeito de temas nacionais. Parece que esse traço de sua personalidade é extremamente positivo para o processo político e para o processo democrático. Ele aceita o diálogo, a conversa, o exame de posições e de situações. Parece que isso dará uma possibilidade, um componente muito positivo para os próximos anos.

Fernando Henrique — Eu não conheço o ministro João Baptista Figueiredo. Confesso, pelo que vi dele, por suas entrevistas, que não tenho vontade de conhecê-lo. Eu vou explicar por que. Não ponho dúvida em testemunhos subjetivos. Mas esse ministro está em fase de Planalto há oito ou nove anos. Foi chefe da Casa Militar, no período de maior repressão no Brasil, no período de maior arbitrariedade no Brasil. Foi chefe do Serviço Nacional de Informações até anteontem. Eu não creio que esses dois postos recomendem alguém para uma transição democrática. Independentemente do caráter pessoal dele. Pode ser um bom pai de família. E deve ser. Pode ser agradável. E deve ser. Mas a escola política é o oposto da democracia. De repente, é pinçado, sabe Deus por quem, para ser o eleito. Se isto aqui fosse um império, e fosse como no tempo de czar, em que o herdeiro tinha que beijar a cruz e que o czar escolhia na nobreza qual deles ia ser e seu sucessor, ainda vá lá, porque em geral se treinavam os nobres para ser rei. O filho do rei, como o da Espanha, foi treinado para ser rei. Este não. Este foi treinado, muito bem treinado, pelo que ouvi dizer, pelas medalhas que recebeu, para nos defender contra o estrangeiro e para tomar conta da segurança interna.

Até aí, tudo bem. Mas daí para ser presidente de todos nós e para, de repente, a gente ser surpreendido por um homem, cuja voz não se reconhece e cujas idéias apenas começam a ser esboçadas — e quando leio, tremo; e tremo porque vejo que há um vai-e-vem; tremo porque de repente, hoje mesmo, fala sobre a necessidade de voltarmos à agricultura, se mete em seara que não entende, vai falar com estudantes, tem rompantes, que não são próprios de um homem mais equilibrado, para ser presidente da República. Será que isso é diálogo?.

Isso é formação da imagem. E democracia nada tem a ver com formação de imagem. Tem a ver, sim, com a prática. Não é como dizer palavras. Eu não espero nada de cima. O Brasil vai para frente porque o nosso povo é forte, porque os trabalhadores estão caminhando, porque a classe média está tendo mais consciência, porque hoje os políticos sabem muito mais. Não dou uma opção fechada para um general que levou nove anos solidário com um regime autoritário e que, de repente, aparece como o mais democrata dos democratas. A história dele não o recomenda.

Montoro — Apesar de morar em Brasília, há mais de dez anos, não conheço o general Figueiredo e nada sei dele, a não ser agora, em que ele está visivelmente numa campanha de formação de imagem, como disse o Fernando. Nada sei sobre ele. Não apenas eu, mas os parlamentares nada sabem também sobre o general Figueiredo. Mas ele sabe tudo sobre nós, pelas funções que exerceu. E que não aquelas funções que preparam um estadista.

A mesma pergunta sobre Paulo Salim Maluf, candidato da Arena ao governo de São Paulo. Como o vêem?

Lembo — Eu acho que o sr. Paulo Salim Maluf é um típico representante da sociedade paulista. Nós em São Paulo temos homens com ousadia, com coragem, com capacidade de lutar, de liderar, de obter vontades. E o sr. Paulo Maluf, indiscutivelmente, tem esse mérito. Ele acreditou nas estruturas legais existentes, ganhou uma convenção difícil contra aquele que seria o candidato oficial, o sr. Laudo Natel. Acho que ele merece neste instante o meu reconhecimento como homem que lutou, através do processo que lhe foi oferecido, para obter a vontade dos convencionais.

Montoro — Paulo Maluf é, inegavelmente, um homem de grande coragem e de grandes recursos. Mas eu não aceito o processo biônico, a forma de escolha dos governadores. Agora a Arena nos fala em eleição direta para 1982.

Fernando Henrique — Também devo dizer que não conheço Paulo Maluf. Há dois lados simpáticos para mim: é a primeira vez que vai haver um governador Salim Maluf. É a primeira vez que vai haver um governador de São Paulo que se chama assim, Salim Maluf. Segundo aspecto simpático: ele teimou.

Agora, é uma pena que ele seja o mesmo do escândalo Lutfalla. É uma pena, depois de 14 anos de uma revolução que diz que veio para democratizar, que a Arena esteja aí, tendo que digerir esse ademarismo atualizado, mais rápido ainda no gatilho. Eu tenho pena de São Paulo, que ainda vai suportar esse processo biônico.

Lembo — O processo convencional é um processo democrático. O que alguém poderia criticar seria o colégio eleitoral de escolha do governador, que é a segunda etapa do processo. Sempre defendi as eleições diretas para governador, pelo voto popular, direto e secreto. Mas o sr. Paulo Maluf venceu absolutamente dentro das regras constitucionais do direito eleitoral brasileiro.

E a Frente Nacional de Redemocratização, com os dissidentes da Arena e a demora na definição de candidato por resistência do MDB?

Lembo — Embora reconheça a participação de duas figuras respeitáveis na Frente, Magalhães Pinto e o general Euler, creio que a problemática que esse movimento suscita é um fator negativo na vida brasileira. Não me parece um espetáculo construtivo. Eu já não sei se o partido da oposição é Frente ou se é Movimento, se é partido ou conglomerado. E isto num momento de aperfeiçoamento democrático.

Fernando Henrique — Para sintetizar, acho que o nosso "slogan" em primeiro lugar deve ser "democracia já e sempre". Não basta democracia já. Acho que o MDB, se fosse o caso, deveria passar pela eleição indireta, como gato sobre brasas, correndo, porque ela nos horroriza. Depois de muitas declarações do general Euler sobre anistia, término das leis de exceção e contra os biônicos, acho que o MDB deve tomar uma posição, como o fará no dia 18. Alguns dizem: "Mas, um general, outra vez?" É verdade, estamos cansados de generais.

Mas aí eu lembraria o princípio da homeopatia: a gente tem que curar o semelhante com o semelhante. Ou o princípio da vacina.

Não aceito, absolutamente, que a Frente seja um saco de gatos. O que se pretende, acusando-a, é desmoralizar um movimento a favor da democracia. A Frente não exclui outras formas de luta, de mobilização, como a luta sindical, a dos médicos, dos professores primários, da classe média, da luta contra a poluição e outras.

Montoro — A demora de definição do MDB decorre do processo democrático com que o partido tem que decidir a questão. Na Arena, a coisa seria mais fácil.

E o modelo econômico implantado pela Revolução? Como o vêem? Que está certo e que está errado nele?

Lembo — Parece-me que temos que rever a estrutura do modelo econômico. A industrialização se afirmou. Já temos uma razoável estrutura econômica, que nos permitiu criar uma classe média, melhores condições de vida, a partir daquilo que tínhamos antes de 1950. Mas creio que temos de tomar algumas atitudes. Uma atitude corajosa envolve a própria sociedade de consumo. O consumismo ingressou no País de uma forma violenta, como verdadeiro ópio. Isso trouxe ao mercado consumidor produtos extremamente sofisticados. Temos que incentivar a sociedade de consumo, porque ela é inerente à forma que eu imagino válida da vida social, que é o neocapitalismo, mas temos que imaginar produtos novos, mais adequados à sociedade brasileira, que não tenham excessiva ou desnecessária sofisticação.

O modelo está sendo reexaminado neste momento, não só o modelo estatal, mas o modelo do próprio empresariado. Temos que ver também a melhor redistribuição da renda. Criticar o passado é tolo. Tenho respeito pelas opiniões contrárias. Porque é indiscutível que estes 14 anos e mesmo a partir dos anos 50 produziram uma nova sociedade. E, com isso, o Brasil rompeu aquele círculo vicioso do homem do campo, do senhor de engenho e do colono, da oligarquia rural.

Fernando Henrique — Além da crise política, houve a crise do modelo econômico. A princípio, se tentou dizer que era a crise do petróleo. Depois, como já estava claro para quem soubesse ler e escrever, todos perceberam que a crise internacional iria atingir o Brasil. A economia mundial entrou em recessão, depois de ter crescido de 1960 a 1973. E o Brasil exportou, exportou e exportou. E acabou entrando também na crise, que não era só externa, mas interna também. O País gastava mais do que ganhava como qualquer dona-de-casa imprevidente. Coube ao general Geisel uma espécie de liquidação préfalimentar. E começou a cortar tudo, investimentos, exportações.

Ao começar impedir a importação — porque a economia não podia crescer sem importar —, o crescimento econômico foi baixando. E os grandes projetos tiveram que ser também cortados. Geisel cortou a ferrovia do aço, o projeto da Albrás, o projeto da Serra dos Carajás e por aí. Então, fomos reduzindo o milagre às suas verdadeiras proporções. Quer dizer: não há milagre, mas um esforço de crescimento, com limitações.

A dívida externa galopou. Hoje está perto de 40 bilhões de dólares. O que significa que — tendo o Brasil 40 milhões de pessoas que trabalham — cada brasileiro deve mil dólares ou 20 mil cruzeiros para o exterior. Sem o saber.

Outro sintoma: é que os juros cresceram violentamente. Por quê? Porque, como há essa dívida externa e como é preciso ter uma reserva lá fora, e como é preciso que entre mais dinheiro também, esse dinheiro tem de entrar a curto prazo e para isso tem de ter uma taxa de remuneração alta. Então, aqui o banco repassa o dinheiro que vem de fora, a juros altos. A taxa de juros do Brasil talvez seja hoje a mais alta do sistema capitalista todo. A contrapartida de tudo isso já foi mencionada e não vamos repetir: concentração de rendas e salários baixos.

E o que fazer? É difícil, como disse o general Figueiredo, mas é preciso começar. Tem-se que aumentar o piso salarial, assim chamado pelos economistas, isto é, o salário mínimo. Agora, para você ter de aumentar o salário mínimo, há uma série de consequências. Tem-se que aumentar uma porção de outros pedaços da economica. Temos que mudar toda essa tremenda engenharia econômcia, para ver como é que muda, para poder sair do buraco. Porque estamos num buraco.

O país moderno exporta. Mas não vamos poder manter o sistema de subsídios. A inflação, sendo modesta, anda pela casa dos 40 por cento. Está galopando. E não é mais inflação de custo ou de salário. É inflação de demanda. E outro tipo de inflação, que tem de ser paga pelos ricos. E o MDB está propondo que os ricos paguem os ônus das besteiras que fizeram, que o governo fez. É a socialização das perdas.

Não dá mais para achatar salários. Além de tudo isso, há uma enorme taxa de desperdício em escala nacional. Nós desperdiçamos tudo. Projetos malfeitos, desperdícios de mordomias, desperdícios de corrupção. Podem dizer que é mesquinharia, mas isso conta.

Lembo — Não há ricos no Brasil, no sentido clássico do capitalismo tipo oriental.

Henrique — Creio que já, sim. A variação de salários aqui é de um para mil (1:1000). Na França, é de 1 para 20. Enfim, há muitos outros aspectos e problemas envolvendo a crise do modelo. Temos que mudar radicalmente, em benefício do mercado interno, da economia popular, do salário, da desconcentração, da ênfase num certo tipo de industrialização que não seja cumulativa. E temos que controlar também o investimento estrangeiro, o problema da transferência tecnológica, etc.

Montoro — Durante muito tempo, o governo alimentou a ilusão do milagre brasileiro. E fez disso grande tema de propaganda. Mas os fatos estão aí. Há quatro desvios fundamentais, a meu ver.

O primeiro foi a centralização autoritária. Todas as decisões econômicas nas mãos dos burocratas, prestigiadas pelo governo central. Ninguém mais poderia influir, nem Estados, nem municípios, nem empresários. Havia até um certo ufanismo, nas obras de impacto, como a ponte Rio-Niterói, a Transamazônica ou a Rio-Santos. Depois veio a Ferrovia do Aço, com endividamento externo que foi uma dilapidação, completa dos recursos.

O segundo desvio, a meu ver, é o sentido elitista. Toda a economia centralizada passou a servir a interesses de pequenos grupos privilegiados. Eu dou um exemplo: a revista "Exame" publicou, há pouco, dados referentes a este governo e não ao passado que mostram o aumento de vendas de televisão a cores, enquanto diminui a venda de calçados e do vestuário.

Lembo — Eu já levantei essa bandeira, antes.

Montoro — Essa bandeira é sua também.

Fernando Henrique — Nisso somos unânimes. Há outros dados que acrescento. A concentração de renda no Brasil, entre 1970 e 1978, fez os 5% mais ricos ficarem 48 vezes mais ricos, enquanto os outros 95% da população ficaram mais pobres.

Montoro — O terceiro desvio que se nota é o aspecto da desnacionalização, o aspecto da dependência de nosso desenvolvimento, marcado fundamentalmente pela dívida externa. E as alternativas brasileiras, como o álcool-motor, ainda não merecem a devida atenção.

O quarto aspecto é o aspecto injusto da má distribuição da renda.

Fernando Henrique — O Bradesco publicou o seu balancete do 1º semestre mostrando que deu um lucro por ação de Cr$ 0,40. Normalmente, no segundo semestre o lucro aumenta. Talvez vá a 60 centavos. Significa o seguinte: 100% sobre o capital. Assim não dá, não é? E até é muito engraçada a resposta do Amador Aguiar: "Ah, isso aconteceu porque nós nos especializamos só em banco..." Também, pudera.

Montoro — Um dado, que foi levado à Comissão de Economia do Senado, comunicando que nos últimos 5 anos, o aumento do produto do País foi da ordem de 26% enquanto o aumento do lucro dos bancos foi, em média, de 260%. Ou seja: 10 vezes mais.